

Traditio Companhia de Seguros

CNPJ 33.041.062/0001-09



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Traditio Companhia de Seguros ("Companhia"), nova denominação da Sul América Companhia Nacional de Seguros, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015, e alterações posteriores.

1. Conjuntura econômica: Os efeitos da pandemia da COVID-19 continuaram sendo notados na economia global em 2021, moldando assim o cenário prospectivo para o crescimento econômico. O avanço dos programas de vacinação da população mundial permitiu um maior controle sobre a pandemia, ampliando a mobilidade e redução das medidas de isolamento social. Com isso, a retomada da economia global se mostrou vigorosa, com países avançados – EUA, Zona do Euro, Inglaterra e China – mostrando recuperação em suas taxas de crescimento. As projeções para o PIB mundial apontam para expansão em torno de 6% para 2021. A economia brasileira iniciou 2021 com uma melhor atividade econômica, mesmo em meio a uma segunda onda da pandemia e do fim do suporte emergencial concedido pelo governo em 2020. A adaptação dos consumidores às novas condições sociais resultou em um melhor desempenho do consumo e serviços e uma atividade industrial mais dinâmica. A alta das cotações internacionais das commodities também favoreceu o aumento dos investimentos no agronegócio e a expansão das exportações. Ao longo do segundo semestre, no entanto, foram observados sucessivos choques de oferta que, combinados à alta desvalorização da moeda brasileira, levaram a uma inflação acumulada próxima a 10%, acima da meta anual. O Banco Central passou a praticar uma política monetária contracionista, visando retomar o controle sobre dinâmica inflacionária. A Selic subiu de 2% no início de 2021 para 9,25% em dezembro, resultando em forte elevação da taxa real de juros, contribuindo para a desaceleração da atividade ao longo da segunda metade do ano. Ainda assim, as projeções mostram crescimento próximo a 4,5% para o PIB em 2021, recuperação ante a queda do ano anterior. A economia brasileira aos poucos retorna aos níveis de pré-pandemia, acompanhando, principalmente, o controle da pandemia com o avanço da vacinação, que já imunizou cerca de 70% da população, ainda que se observem incertezas decorrentes do surgimento de novas variantes do coronavírus. Por outro lado, mesmo que a pandemia continue representando riscos à economia mundial, o sucesso do programa de vacinação brasileiro alimenta expectativas mais otimistas para 2022, criando um ambiente para reativação da atividade econômica, impulsionando a confiança de empresários e consumidores, necessários para a retomada do crescimento da economia brasileira.

2. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2021	2020	Δ
Prêmios emitidos	-	225,4	NA
Prêmios ganhos	-	294,6	NA
Sinistros ocorridos	-4,1	-203,7	98,0%
Custos de aquisição	-	-60,4	NA
Despesas administrativas	-37,1	-196,1	81,1%
Resultado patrimonial	234,9	602,6	-61,0%
Resultado antes dos impostos e participações	213,1	397,5	-46,4%
Lucro líquido	224,0	424,4	-47,2%

3. Comentário sobre o desempenho: Em 2020, ocorreu a alienação das operações de automóveis e massificados prejudicando a comparação entre os períodos demonstrados. Em virtude da alienação mencionada, a Companhia

passou a operar em *run-off* e não houve receita de prêmios. Os sinistros ocorridos totalizaram R\$4,1 milhões, 98,0% abaixo do número apresentado no mesmo período do ano. O lucro líquido no ano alcançou R\$224,0 milhões, apresentando uma redução de 47,2% em relação a 2020, acompanhando principalmente o resultado patrimonial.

4. Reorganizações societárias: Em 23 de agosto de 2019, a controladora Sul América S.A. ("SASA") divulgou fato relevante por meio do qual informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou contrato para a venda das operações de automóveis e massificados da Companhia. Em 30 de outubro de 2019, a SUSEP previamente aprovou reorganização societária para a alienação da carteira de automóveis e massificados, englobando a cisão da Companhia, além da criação de uma nova seguradora. Em 10 de janeiro de 2020, a SUSEP publicou portaria em que comunicava a criação da seguradora denominada Sul América Seguros de Automóveis e Massificados S.A. Em 31 de março de 2020, foi aprovada pela SUSEP a cisão parcial da Companhia e a incorporação da parcela cindida pela Sul América Seguros de Automóveis e Massificados S.A., com a Companhia operando em *run-off* desde então.

5. Investimentos: Em 31/12/2021, a Companhia mantinha investimentos diretos na Sul América Companhia de Seguro Saúde no montante de R\$4.361,4 milhões. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **7. Distribuição do resultado:**

(R\$ milhões)	2021	2020
Lucro antes dos impostos e participações	213,1	397,5
(-) Impostos e contribuições	11,2	24,1
(-) Participações	-0,3	2,8
Lucro líquido do exercício	224,0	424,4
(-) Outros ajustes	-	-0,1
Lucro líquido do exercício após ajustes	224,0	424,4
(-) Constituição da reserva legal (5%)	-11,2	-21,2
Lucro líquido ajustado	212,8	403,1
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado (a)	53,2	100,8
(-) Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios (b)	-	100,8
(-) Dividendos antecipados não imputados nos dividendos obrigatórios	112,8	18,2
(-) Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios (b)	53,2	-
(-) Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios	31,8	17,0
Bruto	100,0	20,0
Imposto de renda	-15,0	-3,0
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos (c)=(a)-(b)	-	-
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	-	264,1

8. Acordo de Acionistas: A Companhia não é parte de acordos de acionistas. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022. **A ADMINISTRAÇÃO.**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais)

	Notas	2021	2020		Notas	2021	2020
Ativo				Passivo			
Circulante	-	292.560	228.330	Passivo circulante	-	101.158	107.077
Disponível	-	5.371	2.287	Contas a pagar	-	51.753	67.598
Caixa e bancos	-	5.371	2.287	Obrigações a pagar	11,1	5.580	28.103
Aplicações	5,1	155.055	145.518	Impostos e encargos sociais a recolher	-	2.669	2.369
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	189	33	Encargos trabalhistas	-	346	385
Operações com resseguradoras	6,1	189	33	Impostos e contribuições	-	4.225	1.828
Outros créditos operacionais	8	79.892	38.987	Outras contas a pagar	11,2	38.933	34.913
Ativos de resseguro e retrocessão	6,2	7.126	6.292	Operações com resseguradoras	-	18.309	16.967
Títulos e créditos a receber	-	44.345	34.695	Operações com seguradoras	-	12.884	12.002
Títulos e créditos a receber	-	11.853	8.702	Operações com resseguradoras	6,1	320	456
Créditos tributários e previdenciários	7,1	31.899	25.685	Outros débitos operacionais	-	5.105	4.509
Outros créditos	14,1	593	308	Provisões técnicas - seguros	-	21.466	17.360
Despesas antecipadas	-	582	518	Danos	12,1	21.459	17.204
Ativo não circulante	-	7.036.890	7.067.496	Pessoas	12,1	7	156
Realizável a longo prazo	-	2.674.376	2.649.972	Outros débitos	-	9.630	5.152
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	20	22	Provisões judiciais	15,2	9.268	5.152
Operações com resseguradoras	6,1	20	22	Débitos diversos	9	362	-
Outros créditos operacionais	8	1.551.734	1.487.817	Passivo não circulante	-	526.225	637.657
Ativos de resseguro e retrocessão	6,2	520	118	Contas a pagar	-	279.141	394.175
Títulos e créditos a receber	-	1.120.225	1.162.015	Obrigações a pagar	11,1	275.244	390.086
Créditos tributários e previdenciários	7,1	317.983	276.459	Outras contas a pagar	11,2	3.897	4.089
Depósitos judiciais e fiscais	15,1	777.730	844.774	Provisões técnicas - seguros	-	5.557	3.476
Outros créditos operacionais	14,1	24.512	40.782	Danos	12,1	5.557	3.387
Outros valores e bens	9	1.877	-	Pessoas	12,1	-	89
Investimentos	-	4.362.475	4.417.485	Outros débitos	-	239.966	240.006
Participações societárias	10	4.361.371	4.416.415	Provisões judiciais	15,2	239.966	240.006
Imóveis destinados a renda	-	616	616	Débitos diversos	9	1.561	-
Outros investimentos	-	488	454	Patrimônio líquido	-	6.702.067	6.551.092
Imobilizado	-	39	39	Capital social	16,1	3.815.410	3.731.043
Imóveis de uso próprio	-	39	39	Aumento de capital em aprovação	-	137.291	-
Total do ativo		7.329.450	7.295.826	Reservas de capital	-	(44.455)	(44.455)
				Reservas de lucros	-	2.887.915	2.898.072
				Ajustes de avaliação patrimonial	-	(94.094)	(33.568)
				Total do passivo		7.329.450	7.295.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Prêmios emitidos	-	-	225.415
Variáveis das provisões técnicas de prêmios	-	-	69.203
Prêmios ganhos	17,1	-	294.618
Sinistros ocorridos	17,2	(4.080)	(203.658)
Custos de aquisição	17,3	-	(60.423)
Outras receitas e despesas operacionais	17,4	6.634	(26.452)
Resultado com operações de resseguro	17,5	53	(1.780)
Operações com resseguradoras	-	845	(975)
Despesa com resseguro	-	(776)	(777)
Outros resultados com resseguro	-	(16)	(28)
Despesas administrativas	17,6	(37.075)	(196.120)
Despesas com tributos	17,7	(7.925)	(26.005)
Resultado financeiro	17,8	20.713	22.774
Resultado patrimonial	10	234.869	602.621
Resultado operacional	-	213.189	405.575
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	-	(95)	(8.058)
Resultado antes dos impostos e participações	-	213.094	397.517
Imposto de renda	17,9	6.798	15.367
Contribuição social	17,9	4.415	8.735
Participações sobre o resultado	-	(327)	2.815
Lucro líquido do exercício		223.980	424.434
Quantidade de ações		562	543
Lucro líquido do exercício por ação		398,54	781,65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Lucro líquido do exercício		223.980	424.434
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	18	1.738	12.277
Efeitos fiscais	18	(695)	(4.911)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
Ganhos / (perdas) não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	18	10	(14.768)
Efeitos fiscais	18	11	5.907
Ganhos / (perdas) de variação de participação acionária	10	(4.778)	4.670
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	10	(56.812)	(39.789)
Componentes do resultado abrangente		(60.526)	(36.614)
Resultado abrangente do exercício		163.454	387.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais)

Descrição	2021	2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	223.980	424.434
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	631	8.881
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	2.318	5.479
Resultado de equivalência patrimonial	(234.771)	(601.851)
Outros ajustes	(13.718)	13.281
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(9.527)	(76.199)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(2.472)	47.108
Ativos de resseguro	(1.236)	1.620
Créditos fiscais e previdenciários	(41.236)	6.803
Depósitos judiciais e fiscais	81.417	57.055
Despesas antecipadas	(64)	10.728
Custos de aquisição diferidos	-	14.984
Outros ativos	(63.026)	(266.562)
Outras contas a pagar	(126.215)	(77.043)
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.342	(13.720)
Depósitos de terceiros	-	(1.129)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	6.187	(57.282)
Provisões judiciais	(4.117)	(43.047)
Outros passivos	1.923	14.352
Caixa consumido pelas operações	(178.584)	(532.108)
Juros pagos	(83)	(82)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	199.263	428.338
Impostos sobre o lucro pagos	(2.885)	(5.355)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	17.711	(109.207)
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	-	550
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	-	(13)
Intangível	-	(1.128)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	-	(591)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	129.391	210.078
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(143.869)	(119.007)
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	(149)	(658)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	(14.627)	90.413
Aumento/(Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	3.084	(19.385)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.287	21.672
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.371	2.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Traditio Companhia de Seguros | CNPJ 33.04.1.062/0001-09

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital social	Aumento/ (Redução) de capital aprovação	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2020	2.612.726	626.222	(24.955)	46.866	3.164.493	3.211.359	3.046	-	- 6.428.398
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 167 aprovada no dia 09/01/2020.	428.438	(428.438)	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 168 aprovada no dia 09/01/2020.	149.589	(149.589)	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 176 aprovada no dia 10/01/2020.	23.999	(23.999)	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 205 aprovada no dia 04/02/2020.	24.196	(24.196)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital com parte da reserva de expansão dos negócios sociais, conforme AGE do dia 26/03/2020.	-	598.633	-	-	(598.633)	(598.633)	-	-	-
Aumento de capital com JCP no montante de R\$140.250 e em dinheiro no montante de R\$9.616, conforme AGE do dia 26/03/2020, à razão de R\$12.488.831,48 por ação.	-	149.866	-	-	-	-	-	-	149.866
Redução de capital em decorrência da cisão parcial da Companhia, conforme AGE do dia 30/03/2020.	-	(456.866)	-	-	-	-	-	-	(456.866)
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$24.978, conforme AGE do dia 30/04/2020, à razão de R\$12.488.831,48 por ação.	-	24.978	-	-	-	-	-	-	24.978
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$69.067, conforme AGE do dia 19/05/2020, à razão de R\$11.511.224,36 por ação.	-	69.067	-	-	-	-	-	-	69.067
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$106.417, conforme AGE do dia 26/06/2020, à razão de R\$11.824.081,18 por ação.	-	106.417	-	-	-	-	-	-	106.417
Aprovação da redução de capital conforme Portaria Susep nº 18 aprovada no dia 29/06/2020.	(456.866)	456.866	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 382 aprovada no dia 02/07/2020.	748.499	(748.499)	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 432 aprovada no dia 12/08/2020.	24.978	(24.978)	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 513 aprovada no dia 09/09/2020.	69.067	(69.067)	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 542 aprovada no dia 25/09/2020.	106.417	(106.417)	-	-	-	-	-	-	-
Deságio em transação de capital	-	-	(27.579)	-	-	-	-	-	(27.579)
Títulos e valores mobiliários	-	-	8.079	-	-	-	(36.614)	-	(28.535)
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-	-	(81)	(81)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	424.434	424.434
Proposta para distribuição do resultado:									
Reserva legal	-	-	-	21.218	-	21.218	-	(21.218)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	264.128	264.128	-	(264.128)	-
Dividendos obrigatórios intercalares pagos, sendo R\$219.166,06 (em reais) por ação, conforme RCA do dia 26/11/2020.	-	-	-	-	-	-	-	(100.784)	(100.784)
Dividendos intercalares pagos, sendo R\$219.166,06 (em reais) por ação, conforme RCA do dia 26/11/2020.	-	-	-	-	-	-	-	(18.223)	(18.223)
JCP deliberado, conforme ata do dia 30/12/2020 no montante de R\$20.000 à razão de R\$36.832,41 (em reais) por ação.	-	-	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Saldos em 31/12/2020	3.731.043	-	(44.455)	68.084	2.829.988	2.898.072	(33.568)	-	- 6.551.092
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$72.207, conforme AGE do dia 08/02/2021, à razão de R\$12.034.605,42 por ação.	-	72.207	-	-	-	-	-	-	72.207
Aumento de capital com JCP no montante de R\$12.160, conforme AGE do dia 29/03/2021, à razão de R\$12.160.542,94 por ação.	-	12.160	-	-	-	-	-	-	12.160
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 170 aprovada no dia 01/06/2021.	72.207	(72.207)	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 227 aprovada no dia 30/06/2021.	12.160	(12.160)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$57.184, conforme AGE do dia 29/11/2021, à razão de R\$11.436.755,64 por ação.	-	57.184	-	-	-	-	-	-	57.184
Aumento de capital com JCP no montante de R\$80.107, conforme AGE do dia 29/12/2021, à razão de R\$11.443.875,19 por ação.	-	80.107	-	-	-	-	-	-	80.107
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(60.526)	-	(60.526)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	223.980	223.980
Proposta para distribuição do resultado:									
Reserva legal	-	-	-	11.199	-	11.199	-	(11.199)	-
JCP deliberado, conforme ata do dia 30/09/2021 no montante de R\$45.000 à razão de R\$81.818,18 (em reais) por ação.	-	-	-	-	-	-	-	(45.000)	(45.000)
Dividendos intermediários pagos, sendo R\$238.710,16 (em reais) por ação, conforme RCA do dia 25/10/2021.	-	-	-	-	(18.509)	(18.509)	-	(112.781)	(131.290)
Dividendos intermediários pagos, sendo R\$5.175,75 (em reais) por ação, conforme RCA do dia 27/10/2021.	-	-	-	-	(2.847)	(2.847)	-	-	(2.847)
JCP deliberado, conforme ata do dia 20/12/2021 no montante de R\$55.000 à razão de R\$99.099,09 (em reais) por ação.	-	-	-	-	-	-	-	(55.000)	(55.000)
Saldos em 31/12/2021	3.815.410	137.291	(44.455)	79.283	2.808.632	2.887.915	(94.094)	-	- 6.702.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS ("Companhia"), nova denominação da Sul América Companhia Nacional de Seguros, é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Beatriz Larragotli Lucas, nº 121 parte, Cidade Nova, na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de danos (automóveis, massificados e habitacional) e de pessoas e que tem como acionista principal a Sul América S.A. (SASA) com 72,95% de participação direta e 27,05% indireta, através da Saepar Serviços e Participações S.A. (SAEPAR). A SASA tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 52,32% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 26,79% de participação total. A SASA é uma companhia de capital aberto e publicou, em 24/02/2022, no jornal Valor Econômico, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas resumidas e no site deste mesmo jornal suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas relativas ao exercício findo em 31/12/2021, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Nessas demonstrações financeiras, o termo "Sul América" é usado para tratar o conjunto de empresas formado pela SASA e suas controladas. 1.1. **Alienação da carteira de Auto e Ramos Elementares:** Em 23 de agosto de 2019, a controladora SASA divulgou aos seus acionistas e o mercado em geral que celebrou contrato para a venda das suas operações de automóveis e outros ramos elementares da Companhia, pelo valor de R\$3 bilhões, com base em um patrimônio líquido de R\$700 milhões, em uma recém-formada companhia que foi estruturada para o propósito da transação, sujeitos a mecanismo de ajustes de preço comuns em transações similares. Em 23 de outubro de 2019, foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) a venda da operação de automóveis e ramos elementares, permanecendo ainda pendente de conclusão as demais condições previstas no contrato, como a criação de uma seguradora independente, a aprovação prévia da SUSEP, entre outras. Em 30 de outubro de 2019 a SUSEP previamente autorizou a reorganização societária estruturada para alienação da carteira de automóveis e outros ramos elementares que engloba: (i) a transformação da Sul América Participações e Investimentos S.A. (SAPI) em uma seguradora (nova seguradora), (ii) a cisão da Companhia e (iii) a transferência do acervo líquido da cisão da Companhia para a SAPI (nova seguradora). Em 10 de janeiro de 2020 a SUSEP publicou a portaria de homologação do ato societário de transformação da SAPI em seguradora e de alteração da sua razão social para Sul América Seguros de Automóveis e Massificados S.A. (SASAM). Em 31 de março de 2020 foi aprovada a cisão parcial da Companhia, com incorporação da parcela cindida pela SASAM conforme apresentado abaixo:

Ativo	
Ativo circulante	2.951.827
Disponível	-
Aplicações	1.513.389
Créditos das operações com seguros e resseguros	985.552
Ativos de resseguro e retrocessão	3.267
Títulos e créditos a receber	39.654
Outros valores e bens	67.083
Despesas antecipadas	3.426
Custos de aquisições diferidos	339.456
Ativo não circulante	169.352
Realizável a longo prazo	102.561
Aplicações	8.069
Créditos das operações com seguros e resseguros	32
Ativos de resseguro e retrocessão	1.665
Títulos e créditos a receber	88.384
Outros valores e bens	3.060
Custos de aquisições diferidos	1.351
Imobilizado	1.874
Intangível	64.917
Total	3.121.179
Passivo	
Passivo circulante	2.437.134
Contas a pagar	92.073
Operações com resseguradoras	76.193
Depósitos de terceiros	5.609
Provisões técnicas – seguros	2.252.549
Outros débitos	10.710
Passivo circulante	227.179
Contas a pagar	121
Provisões técnicas – seguros	210.341
Outros débitos	16.717
Patrimônio líquido	456.866
Total	3.121.179

Em função deste evento, a Companhia passou a operar em run-off, sem risco de continuidade, devido ao suporte financeiro dado pelos seus acionistas controladores e estratégias adotadas pela Administração da Companhia. 1.2. **Análise de impactos trazidos pela COVID-19:** Em 2021, continuamos observando os impactos da pandemia no Brasil, e percebemos que com a redução nas taxas de ocupação dos leitos nos hospitais no quarto trimestre de 2021, em conjunto com o avanço na vacinação da população, tornou-se possível para Sul América a reabertura de algumas filiais e a retomada gradual das atividades presenciais das áreas comerciais e relacionamento, assim como da área de negócios de gestão de investimentos de terceiros. Além disso, a reabertura dos demais escritórios (sede e filiais) ocorreu a partir de 03/01/2022. O retorno de todas as equipes às atividades presenciais/híbridas se dará ao longo de 2022, por ondas, considerando: (1) um modelo de trabalho híbrido (combinando o presencial e o remoto), que visa maximizar eficiência operacional e engajamento dos colaboradores; e (2) retração ou evolução dos casos de Covid-19 nas regiões onde atuamos presencialmente. Destacamos que durante o exercício de 2021, a Sul América permaneceu com todos os processos operacionais em pleno funcionamento e sem quaisquer impactos para clientes, corretores, prestadores de serviços e investidores. A Companhia segue mantendo o monitoramento tempestivo de sua liquidez e solvência e adotando medidas para garantir sua manutenção em níveis adequados. Entre tais medidas está a manutenção do rígido controle de desembolsos financeiros (custos, despesas e investimentos), preservando os investimentos programados pela Sul América em suas operações e que sejam considerados prioritários neste atual ambiente. Dando continuidade às ações de apoio à sociedade no contexto da pandemia, em 2021 a Sul América destinou recursos para a compra de materiais e equipamentos hospitalares e para a manutenção de leitos em hospitais públicos. Ainda conduziu, em maio de 2021, uma campanha para arrecadar fundos junto aos seus colaboradores, seguida de um reforço na doação por parte da Sul América, no valor de R\$1 milhão, para distribuição de alimentos às populações mais vulneráveis fortemente impactadas pelas consequências da pandemia. As ações da

Sul América para combater os efeitos da pandemia da Covid-19 totalizaram mais de R\$6 milhões em 2021, em adição às doações realizadas em 2020. Para os colaboradores que trabalham em regime integral de home office desde abril/2020, a Sul América segue disponibilizando ajuda de custo, totalizando R\$4,8 milhões em 2021. A Sul América continua a acreditar na força e resiliência do seu modelo de negócio e na eficiência de seus processos, e como uma empresa especializada em gestão de risco, destacadamente em gestão de saúde, a Sul América, em parceria constante com sua rede de prestadores, vem usando toda a sua experiência para minimizar possíveis impactos e continuar cuidando das pessoas com a mesma qualidade pela qual é reconhecida. 2. **Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. **Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015, e alterações posteriores. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 22/02/2022. 2.2. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 5). 2.3. **Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 3. **Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. **Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. **Auração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência das apólices. Prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices ainda não foram emitidas, reconhecidos com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica; • Os juros cobrados do segurado, em caso de prêmios pagos a prazo são denominados como adicional de fracionamento e são apropriados ao resultado financeiro ao longo do prazo de parcelamento acordado, sendo registrados contabilmente dentro do regime de competência; • As comissões e agenciamento de seguros registrados no ativo, na rubrica "Custos de aquisição diferidos". A apropriação mensal no resultado ocorre na rubrica "Custos de aquisição". As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros (majoritariamente 12 meses). As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). 3.1.2. **Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações financeiras; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. **Instrumentos financeiros:** 3.2.1. **Mensurados a valor justo por meio do resultado:** Títulos e valores mobiliários: Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. 3.2.2. **Disponíveis para a venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. 3.2.3. **Mantidos até o vencimento:** Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. 3.2.4. **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.3. **Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado. 3.4. **Intangíveis:** 3.4.1. **Intangíveis de vida útil definida:** Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para estes ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas" no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível

são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. 3.5. **Participações societárias:** Participações societárias são reconhecidas inicialmente em investimentos pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e as seguintes considerações: • As participações acionárias permanentes em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; e • O ágio na aquisição de ações de controlada de não controladores (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido. 3.6. **Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. **Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. 3.7. **Arrendamento:** Os ativos de direito de uso são reconhecidos inicialmente na rubrica "Outros valores e bens", no ativo não circulante, em contrapartida a um passivo de arrendamento representado pelas obrigações totais a pagar do contrato, descontadas a valor presente, reconhecidas na rubrica "Débitos diversos" no passivo circulante e no passivo não circulante, de acordo com a expectativa de liquidação das obrigações. Adicionalmente, o resultado do exercício é impactado de forma linear, pela depreciação dos ativos de arrendamento de acordo com a vigência dos contratos, reconhecidos nas despesas administrativas, e pela atualização das obrigações a pagar com os juros incorridos nos períodos divulgados, reconhecidas no resultado financeiro. Os arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor podem ser reconhecidos diretamente no resultado, conforme isenções permitidas no CPC 06 (R2). 3.8. **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 10 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária. 3.9. **Provisões técnicas de contratos de seguros e resseguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir: 3.9.1. **Provisão para Prêmios Não Ganhos (PNG):** Para os contratos de seguros de danos e de pessoas, a PNG é constituída pelo método pro-rata die, tendo como base os prêmios comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. 3.9.2. **Provisão para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):** A PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. Para os contratos de seguro de danos, é calculada a partir de um fator esperado de atraso, determinado semestralmente, com base na média ponderada histórica entre a PPNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e a PPNG registrada. Para alguns ramos cujas vigências de riscos individuais não ultrapassam o mês seguinte, aplica-se e calcula-se o fator de atraso em função do prêmio mensal emitido e não da PPNG registrada. 3.9.3. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** **Processos administrativos:** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional, podendo ser negativo ou positivo, calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNP (Incurred but not paid). Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR), conforme descrito na nota 3.9.4. **Processos judiciais:** PSL relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a PSL leva em consideração fatores que são calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,79% ao ano (10,71% em 2020), baseado no histórico de pagamentos de juros observados. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões técnicas - seguros", no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. 3.9.4. **Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR):** **Processos administrativos:** A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e com base na estimativa de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, sobre a experiência histórica da Companhia. A IBNR é calculada a partir de métodos estatístico-atuariais, conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal e/ou trimestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito tanto por quantidade quanto por montante de sinistros, dependendo das características dos ramos dos contratos, buscando uma metodologia melhor adaptável. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. Ao montante calculado, é registrado um valor adicional, podendo ser positivo ou negativo, referente à estimativa de desenvolvimento dos sinistros após o aviso, com base na metodologia conhecida como IBNP, que considera a estimativa total de sinistros obtida por métodos estatístico-atuariais similares ao IBNR. **Processos judiciais:** A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros ocorridos e ainda não citados que, com base na experiência histórica dos últimos 16 semestres, geram desembolsos financeiros na esfera judicial.

continuação

Traditio Companhia de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

A provisão independe do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do seguro ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Companhia. Para os ramos de Danos e Pessoas a provisão de IBNR Judicial é calculada com base no método conhecido como triângulo de run-off, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência. Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro.

3.9.5. Provisão para Despesas Relacionadas (PDR): A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (ALAE), quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (ULAE). A ULAE refere-se a despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocadas a cada sinistro individualmente. É apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL e na quantidade estimada de sinistros IBNR. 3.10. **Teste de Adequação de Passivos (Liability Adequacy Test – LAT):** A adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras é avaliada através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro. O teste não se aplica aos contratos e certificados relativos ao ramo de Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (SH/SFH). As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista foi trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco prefixada. O resultado do teste foi apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. Não foram evidenciadas insuficiências no teste de adequação, não sendo assim contabilizada a Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Como uma análise de sensibilidade, relacionada a premissa de taxa de desconto, se utilizada a ETTJ apurada pela SUSEP, o teste de adequação de passivos também apontaria a adequação das provisões, e, portanto, não haveria necessidade de PCC. 3.11. **Provisões para ações judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia. **3.11.1. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores desembolsados em os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda, o desembolso financeiro e o agrupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Caso o processo judicial cível seja classificado como especial, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Especiais da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como especiais em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais. Os processos cíveis são atualizados mensalmente pelo IPCA, com incidência de juros de 10,79% ao ano (10,71% em 2020). Já os processos trabalhistas são atualizados considerando o índice de correção monetária individualizado por processo, de acordo com as regras de modulação estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Neste caso, os processos podem ser atualizados apenas pela SELIC, ou pelos índices IPCA-E, INPC ou TR, com incidência de juros de 10,79% ao ano (10,71% em 2020). Os processos previdenciários, por sua vez, são atualizados apenas pela SELIC. As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente.

3.11.2. Fiscais: As provisões para as ações judiciais relacionadas com tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, que estejam sendo discutidas na esfera judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente conforme disposto pela Legislação de regência do tributo em disputa. Provisões são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. Nestes termos, as provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado, sendo assim passível de reconhecimento contábil nas demonstrações financeiras. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica de "Contas a pagar". Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente, com base na variação da taxa SELIC, em conformidade com a legislação vigente. 3.12. **Benefício pós-emprego:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), seguro saúde e seguro de vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais.

3.13. **Plano de Incentivos baseado em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito à bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotação da ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações são contabilizados na rubrica "Despesas administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras contas a pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 13.2). 3.14. **Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. 3.15. **Classificação dos contratos:** O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11. 3.16. **Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica dos processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. Para saldos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) referente ao seguro habitacional do SH/SFH, na rubrica "Outros créditos operacionais", a segregação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa de recebimento destes saldos, tomando como base para o reconhecimento no ativo circulante o montante de processos protocolados que atendem aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 448/2019 editada pelo CFCFVS, e que a Companhia tem a expectativa de recebimento em até doze meses. As provisões técnicas atuariais que não guardam relação com prazo de vencimento, a Companhia determina a segregação entre circulante e não circulante de acordo com a frequência histórica. 3.17. **Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 5); • Créditos e débitos tributários e previdenciários (nota 7); • Outros créditos operacionais (nota 8); • Provisão de sinistros a liquidar e IBNR (nota 12); e • Ações judiciais e obrigações fiscais (nota 15.2). 3.18. Normas emitidas e revisadas: **3.18.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras: • IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos financeiros - Em vigor a partir de 01/01/2018, com isenção opcional para entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11). O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela SUSEP. A seguir estão apresentadas as novas normas emitidas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021: • IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil. A IFRS 16 / CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A norma entrou em vigor para as empresas reguladas pela SUSEP em 4 de janeiro de 2021. O modelo exige que os ativos de direito de uso sejam reconhecidos inicialmente na rubrica "Outros valores e bens", no ativo não circulante, em contrapartida a um passivo de arrendamento representado pelas obrigações totais a pagar do contrato, descontadas a valor presente, reconhecidas na rubrica "Débitos diversos", no passivo circulante e no passivo não circulante, de acordo com a expectativa de liquidação das obrigações. Adicionalmente, o resultado do exercício é impactado de forma linear, pela depreciação dos ativos de arrendamento de acordo com a vigência dos contratos, reconhecidos nas despesas administrativas, e pela atualização das obrigações a pagar com os juros incorridos nos períodos divulgados, reconhecidas no resultado financeiro. Os arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor podem ser reconhecidos diretamente no resultado, conforme isenções previstas no CPC 06 (R2). Na transição para a aplicação da norma, a Companhia reavaliou todos os contratos para identificar arrendamentos com direito de uso dos ativos identificados conforme definição de contrato de arrendamento prevista na IFRS 16 / CPC 06 (R2). A Companhia aplicou a norma em 4 de janeiro de 2021, usando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, sem atualização das informações comparativas. Em virtude de optarmos pela mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso com base nos pagamentos de arrendamento remanescentes ajustados a valor presente, utilizando a taxa de desconto incremental de captação sobre o passivo financeiro do arrendatário, previsto no respectivo CPC, não houve efeitos cumulativos reconhecidos como ajustes ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 4 de janeiro de 2021. Em 2021, o impacto mais significativo identificado refere-se ao reconhecimento de novos ativos e passivos por seu arrendamento operacional do aluguel do Rio de Janeiro, registrado nas rubricas "Outros valores e bens" no ativo não circulante, e "Débitos diversos" no passivo circulante e não circulante, respectivamente. Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos da Companhia no âmbito de arrendamentos operacionais não canceláveis, descontados a valor presente, reconhecidos a partir de 04/01/2021, totalizavam R\$44.673. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2021 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:** Espera-se que a seguinte norma possa ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial: • IFRS 17 - Contratos de seguros - Em vigor a partir de 01/01/2023, em relação a essa norma, a mesma ainda não foi aprovada pelo órgão regulador entretanto a Administração segue avaliando os impactos. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações: • Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) - Em vigor a partir de 01/01/2023; • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16) - Em vigor a partir de 01/01/2022; e • Contratos Onerosos - Custo de Cumprir um Contrato (alterações ao IAS 37) - Em vigor a partir de 01/01/2022. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a SUSEP não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela SUSEP. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos ("Enterprise Risk Management - ERM") da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas, descritas da seguinte forma: • **Identificação dos riscos e controles:** Processo de identificação, controle e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados

• Administrativo

	R\$ milhões										
Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Provisão de sinistros contabilizada	519,00	660,89	724,84	548,03	466,67	417,25	380,06	379,25	6,18	6,61	
Efeito do desconto financeiro	(15,24)	(16,75)	(18,50)	(7,72)	(6,93)	(6,28)	(4,82)	(4,27)	-	-	
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	534,25	677,63	743,34	555,75	473,60	423,54	384,88	383,52	6,18	6,61	
Estimativa de sinistros acumulada:											
No final do ano	534,25	677,63	743,34	555,75	473,60	423,54	384,88	383,52	6,18	6,61	
Um ano depois	537,98	637,03	669,58	574,08	457,57	377,06	363,19	403,21	6,61	-	
Dois anos depois	554,72	644,10	705,52	572,67	434,98	368,43	359,84	403,65	-	-	
Três anos depois	570,67	696,20	719,68	559,61	421,87	366,49	360,27	-	-	-	
Quatro anos depois	586,42	713,19	714,95	553,09	420,01	366,92	-	-	-	-	
Cinco anos depois	607,07	711,74	711,17	551,20	420,44	-	-	-	-	-	
Seis anos depois	608,12	710,80	710,24	551,63	-	-	-	-	-	-	
Sete anos depois	606,84	709,81	710,67	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos depois	605,90	710,24	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos depois	606,33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa de sinistros atualizada até 31/12/2021	606,33	710,24	710,67	551,63	420,44	366,92	360,27	403,65	6,61	6,61	
Pagamentos já realizados até 31/12/2021	599,71	703,62	704,05	542,61	405,66	342,24	322,96	175,97	-	-	
Operações transferidas em cisão parcial (a)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(2,41)	(8,17)	(18,07)	(30,70)	(221,07)	-	-	
Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2021	6,61	6,61	6,61	6,61	6,61	6,61	6,61	6,61	6,61	6,61	

(a) Conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. A evolução de sinistros administrativos não considera valores de retrocessão que, em 31/12/2021, é de R\$8,5 milhões (R\$8,8 milhões em 2020), respectivamente. Este item não é segregado por ocorrência e, portanto, não há como acompanhar a evolução dos sinistros. No entanto, são valores com representatividade pequena no universo total de sinistros, como pode ser visto na tabela anterior. • **Judicial:** A evolução das provisões de sinistros

	R\$ milhões										
Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Provisão de sinistros contabilizada	321,06	332,97	364,03	183,19	210,19	218,24	276,11	262,17	4,81	10,80	
Provisão de sinistros judiciais sem desconto financeiro	321,06	332,97	364,03	183,19	210,19	218,24	276,11	262,17	4,81	10,80	
Estimativa de sinistros acumulada:											
No final do ano	321,06	332,97	364,03	183,19	210,19	218,24	276,11	262,17	4,81	10,80	
Um ano depois	345,15	378,40	408,79	254,30	245,15	292,70	313,62	265,06	12,12	-	
Dois anos depois	381,26	419,59	480,59	285,93	310,11	325,72	318,56	266,14	-	-	
Três anos depois	406,90	450,54	507,43	336,36	341,33	330,52	319,61	-	-	-	
Quatro anos depois	446,05	477,69	559,39	360,30	346,00	331,31	-	-	-	-	
Cinco anos depois	468,12	517,37	591,27	364,30	347,17	-	-	-	-	-	
Seis anos depois	503,31	551,86	593,50	365,04	-	-	-	-	-	-	
Sete anos depois	538,02	553,84	594,15	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos depois	539,93	554,65	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos depois	540,56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa de sinistros judiciais acumulada até 31/12/2021	540,56	554,65	594,15	365,04	347,17	331,31	319,61	266,14	12,12	10,80	
Pagamentos já realizados até 31/12/2021	298,94	289,10	314,21	241,09	195,66	146,13	93,05	3,33	2,02	-	
Operações transferidas em cisão parcial (a) (b)	(237,01)	(260,91)	(275,29)	(119,30)	(146,80)	(180,43)	(221,75)	(258,00)	-	-	
Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2021	4,61	4,64	4,65	4,65	4,71	4,75	4,81	4,81	10,10	10,80	

(a) Conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1; e (b) O valor da cisão parcial referente à operação da venda da carteira para a Allianz é de R\$260,4 milhões, na data-base 31/01/2020. A evolução de sinistros judiciais representa os sinistros já conhecidos e pendentes de pagamento, por essa razão não considera, em 2021, R\$1,1 milhões (R\$1,1 milhões em 2020) de IBNR Judicial. Vale ressaltar que parte da evolução observada contempla correção monetária e juros da data de registro da provisão até a data-base dessas demonstrações financeiras. 4.3. **Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece e descreve as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial

através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigente, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios elaborados pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoRi), Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade mínima pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categoria de risco, observando, desta forma, independência do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o Apetite a Riscos da Companhia. O Apetite a Riscos tem por objetivo criar fronteiras para assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da divisão de riscos corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. O programa de gestão de riscos da SulAmérica está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (The Institute of Internal Auditors), o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificar estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha. Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da SulAmérica. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de risco a fim de padronizar a linguagem de riscos em toda a organização com as seguintes categorias: riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. 4.1. **Riscos de subscrição:** O risco de inadequação de provisões técnicas constituídas, há exposição apenas para as oriundas da insuficiência em provisões judiciais e administrativas. A Companhia possui testes de consistência periódicos para avaliação da assertividade das provisões constituídas e das metodologias empregadas nos cálculos. **4.1.1. Risco de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; e • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas. A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento até a data-base destas demonstrações financeiras dos sinistros citados com a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

	R\$ milhões										
Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Provisão de sinistros contabilizada	321,06	332,97	364,03	183,19	210,19	218,24	276,11	262,17	4,81	10,80	
Provisão de sinistros judiciais sem desconto financeiro	321,06	332,9									

Rio de Janeiro

Quinta-feira, 24 de fevereiro de 2022 – Diário Comercial – 13

Traditio Companhia de Seguros | CNPJ 33.04.1.062/0001-09

As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2021 e 2020:

Descrição	Sem vencimento		Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou perda	Valor contábil
	2021	2020								
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras	110.763	11.461	24.985	4.551	-	-	151.760	151.807	47	151.807
Valor justo por meio do resultado	110.763	-	-	-	-	-	110.763	110.763	-	110.763
Disponível para venda	-	11.461	24.985	4.551	-	-	40.997	41.044	47	41.044
Refinanciamento fiscal - REFIS	-	2.762	11.644	-	-	-	14.406	-	-	14.406
Seguros e resseguros										
Provisões técnicas	-	14.340	144	308	2.581	2.004	-	-	-	19.377
Ativos de resseguros	-	7.126	8	32	266	214	-	-	-	7.646
Passivos de seguros	-	21.466	152	340	2.847	2.218	-	-	-	27.023

Descrição	Sem vencimento		Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou perda	Valor contábil
	2021	2020								
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras	113.489	5.003	-	23.893	-	-	142.385	142.422	37	142.422
Valor justo por meio do resultado	113.489	-	-	-	-	-	113.489	113.489	-	113.489
Disponível para venda	-	5.003	-	23.893	-	-	28.896	28.933	37	28.933
Refinanciamento fiscal - REFIS	-	4.043	11.149	-	-	-	15.192	-	-	15.192
Seguros e resseguros										
Provisões técnicas	-	11.068	15	180	1.989	1.174	-	-	-	14.426
Ativos de resseguros	-	6.292	1	6	72	39	-	-	-	6.410
Passivos de seguros	-	17.360	16	186	2.061	1.213	-	-	-	20.836

A data de vencimento dos ativos foi o critério utilizado na classificação dos instrumentos financeiros apresentados neste item. No entanto, é importante mencionar que os ativos classificados como valor justo por meio do resultado e disponíveis para a venda possuem liquidez imediata, apesar de a distribuição ocorrer em diversas faixas das tabelas. Portanto, tais ativos são suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. 4.4. Riscos de crédito: Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumprí-los nos termos em que foi acordado. Estes riscos podem se materializar e afetar significativamente os resultados esperados da Companhia caso os emissores de créditos não honrem com os pagamentos nas datas previstas ou os resseguradores com os quais a Companhia opera não honrem os contratos para pagamentos dos sinistros ressegurados. 4.4.1. Alocação dos investimentos: A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 31/12/2021 96,73% (100,00% em 2020) alocados em títulos do governo (risco soberano), segundo melhores práticas do mercado:

Descrição	2021	2020
Renda fixa pública "risco soberano"	146.842	142.422
Outros	4.965	-
Total	151.807	142.422

4.4.2. Contratos de resseguro:

Ramos	2021	2020
Massificados	722	-
Patrimonial demais ramos	7.132	6.464
Total	7.854	6.464

Classe	Categoria de risco	Exposição	2021		2020	
			%	Exposição	%	Exposição
Local	Level 2	7.502	95,51%	6.464	100,00%	
Local	Level 3	65	0,83%	-	0,00%	
Admitida	Level 1	68	0,87%	-	0,00%	
Admitida	Level 2	191	2,43%	-	0,00%	
Eventual	Level 2	28	0,36%	-	0,00%	
Eventual	Level 4	-	-	-	0,00%	
Eventual	Level 5	-	-	-	0,00%	
Total		7.854		6.464		

A Companhia não possui contratos de resseguro vigentes. Os valores apresentados no exercício atual referem-se a exposições com sinistros de operações que não estão mais ativas. Em 31/12/2021, adicionalmente aos valores informados na tabela anterior, há R\$66.382 (R\$60.998 em 2020) em exposição com resseguradores referente a sinistros judiciais não ordinários (casos especiais) que em função da probabilidade de êxito "possível" destas ações judiciais, não foram contabilizados conforme orientação normativa. 4.5. Riscos operacionais: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos que

Descrição	2021	2020
Patrimônio líquido contábil	6.702.067	6.551.092
Deduções:		
Participações acionárias diretas e indiretas classificadas como investimentos nacionais de caráter permanente, considerando ágio e perdas esperadas	(4.361.371)	(4.416.415)
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(582)	(518)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	(10.263)	-
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do Capital Mínimo Requerido (**)	(273.901)	(266.111)
Dedução dos imóveis urbanos e fundos de investimentos imobiliários com lastros em imóveis urbanos, considerando reavaliações, redução ao valor recuperável e depreciação, que excedam 14% do ativo total ajustado (**)	(655)	-
PLA NÍVEL 1	2.055.295	-
Valores das diferenças entre os saldos contábeis e as respectivas deduções previstas nas alíneas "d" do inciso I, art 56 da RN 432	28.616	-
Valores das diferenças entre os saldos contábeis e as respectivas deduções previstas nas alíneas "f" do inciso I, art 56 da RN 432	655	-
PLA NÍVEL 3	29.271	-
AJUSTE DO EXCESSO DE PLA DE NÍVEL 2 E PLA DE NÍVEL 3	(655)	-
Patrimônio líquido ajustado - PLA (a) (*)	2.083.911	1.868.048
Capital base (b)	15.000	15.000
Capital de risco (c)	190.774	167.181
Capital de risco de subscrição (d)	1.089	683
Capital de risco operacional (e)	110	84
Capital de risco de crédito (f)	168.183	151.309
Capital de risco de mercado (g)	56.037	41.795
CMR = Maior entre capital base e capital de risco (h)	190.774	167.181
Suficiência de capital - R\$ (i) = (a) - (h) (*)	1.893.137	1.700.867
Suficiência de capital - % (j) = (i) / (h)	992,35%	1.017,38%

(*) A suficiência de capital em 31/12/2021, se utilizada ETTJ apurada pela SUSEP no cálculo do Risco de mercado, seria de R\$1.893.093 (R\$1.700.843 em 2020) e o patrimônio em 31/12/2021 de R\$2.083.917 (R\$1.868.052 em 2020); e (**) As deduções dos ativos serão realizadas pelo valor integral dos seus respectivos saldos contábeis para fins de apuração do PLA de nível 1, desconsiderando os limites previstos nas alíneas "d" e "f" do inciso I, art. 56 da RN 432. Em 2021 o cálculo do patrimônio líquido ajustado engloba as alterações introduzidas pela resolução CNSP nº 432 de 12/11/2021, onde as principais modificações foram os ajustes de qualidade de cobertura do CMR calculado em três níveis. Em 31/12/2021, a Companhia tem ativos livres no montante de R\$131.153 (R\$131.711 em 2020), que correspondem a 68,75% (78,78% em 2020) do capital mínimo requerido, superior ao limite de 20% estabelecido na Resolução CNSP nº 343/2016. 5. Aplicações: 5.1. Composição das aplicações:

Descrição	2021				
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado /contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Taxa média de juros
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	40.997	41.044	41.044
Letras financeiras do tesouro	-	-	40.997	41.044	SELIC 41.044
Títulos de renda variável	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	22	22
Valor recuperável	-	-	-	(22)	(22)
Cotas de fundos de investimentos	110.763	110.763	-	-	110.763
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	110.763	110.763	-	-	110.763
Subtotal	110.763	110.763	40.997	41.044	151.807
Percentual total contábil		72,96%		27,04%	100,00%
Outras aplicações					3.248
Total					155.055
Circulante					155.055

Descrição	2020				
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado /contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Taxa média de juros
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	28.896	28.933	28.933
Letras financeiras do tesouro	-	-	28.896	28.933	SELIC 28.933
Títulos de renda variável	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	22	22
Valor recuperável	-	-	-	(22)	(22)
Cotas de fundos de investimentos	113.489	113.489	-	-	113.489
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	113.489	113.489	-	-	113.489
Subtotal	113.489	113.489	28.896	28.933	142.422
Percentual total contábil		79,69%		20,31%	100,00%
Outras aplicações					3.096
Total					145.518
Circulante					145.518

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos de renda fixa.

5.2. Movimentação das aplicações:

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Mantido até o vencimento	Total	Valor justo por meio do resultado		Mantido até o vencimento	Total
	Disponível para venda	Disponível para venda			Disponível para venda	Disponível para venda		
Saldo em 01/01/2020	186.102	1.394.017	7.985	1.588.104	113.489	28.933	-	142.422
Aplicações	374.176	700.152	-	1.074.328	398.874	15.355	-	414.229
Rendimentos resgate	(791)	(6.297)	(232)	(7.320)	(5.332)	(4.553)	-	(9.885)
Principal resgate	(276.882)	(816.511)	-	(1.093.393)	(402.731)	(465)	-	(403.196)
Resultado financeiro	3.012	7.911	336	11.259	6.463	1.764	-	8.227
Ajustes no patrimônio líquido	-	(1.331)	-	(1.331)	-	10	-	10
Cisão parcial (a)	(172.128)	(1.249.008)	(8.089)	(1.429.225)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	113.489	28.933	-	142.422	110.763	41.044	-	151.807

(a) Conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1.

confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e • DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa, verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Para a apuração dos valores para renda variável, considera-se a variação de 1% na posição. As tabelas a seguir apresentam o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e da metodologia DV01:

Fatores de risco	2021		2020	
	VaR 95% DV01=0,01%	VaR 95% DV01=0,01%	VaR 95% DV01=0,01%	VaR 95% DV01=0,01%
Juros nominal	1	-	-	-
Renda variável	-	1	-	1
Outros	3	-	43	-
Efeito diversificação	(1)	-	-	-
Total	3	1	43	1

5.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1: Títulos de renda variável:** Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês; **Títulos de renda fixa - públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; e **Nível 2: Cotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Descrição	2021		2020	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Aplicações financeiras				
Valor justo por meio do resultado	-	110.763	-	110.763
Disponível para venda	41.044	-	41.044	-
Total	41.044	110.763	151.807	

Descrição	2020		2021	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Aplicações financeiras				
Valor justo por meio do resultado	-	113.489	-	113.489
Disponível para venda	28.933	-	28.933	-
Total	28.933	113.489	142.422	

6. Ativos e passivos de resseguro: 6.1. Operações com resseguradoras:

Descrição	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Recuperação de indenização	218	-	-	-
Recuperação de indenização e prêmios líquidos de comissão	-	23	-	-
Salvados e ressarcimentos	-	-	320	456
Redução ao valor recuperável (a)	(46)	-	-	-
Outros	37	32	-	-
Total	209	55	320	456
Circulante	189	33	320	456
Não circulante	20	22	-	-

(a) A redução ao valor recuperável referente às operações de resseguro é analisada com base nos valores de sinistros a receber vencidos e, quando aplicável, na tabela de pontuação de probabilidade de perda (classificação de riscos). 6.2. Ativos de resseguro e retrocessão: Os saldos apresentados se referem aos ativos relacionados com as responsabilidades dos resseguradores em relação às provisões técnicas da Companhia. As provisões técnicas são registradas no passivo de forma bruta de resseguro, sendo então registradas no ativo as expectativas de crédito associadas aos resseguradores.

Descrição	Provisão de prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros		Total
	2021	2020	2021	2020	
Danos	-	-	7.646	6.406	7.646 6.406
Pessoas	-	-			

continuação

Traditio Companhia de Seguros | CNPJ 33.04.1.062/0001-09

7.2. Tributos a compensar / recuperar:

Descrição	Saldo em 01/01/2020	Adição	Atualização monetária	Baixas / Compensação	Saldo em 31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	9.682	28.640	465	(6.971)	31.816
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	27.205	382	379	(27.578)	388
Programa de Integração Social – PIS	4	-	-	(1)	3
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	20	-	-	(5)	15
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	87	680	-	(680)	87
Outros	132	4.134	-	(43)	4.223
Total	37.130	33.836	844	(35.278)	36.532
Circulante					25.685
Não circulante					10.847

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Adição	Atualização monetária	Baixa / compensação	Saldo em 31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	31.816	33.659	1.904	(24.367)	43.012
Contribuição Social Sobre o Lucro – CSLL (a)	388	23.959	511	(806)	24.052
Programa de Integração Social - PIS	3	367	839	(3)	1.206
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	15	1.694	3.869	(15)	5.563
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	87	-	-	(87)	-
Outros	4.223	780	63	(50)	5.016
Total	36.532	60.459	7.186	(25.328)	78.849
Circulante					31.899
Não circulante					46.950

(a) Com a conversão em renda dos depósitos judiciais do processo da majoração da alíquota da CSLL, foi transferido para a conta de créditos a compensar o excesso de depósito no montante de R\$20.881, conforme nota 15.3. 7.3. Movimentação dos créditos e débitos tributários: As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos períodos:

Em 31/12/2021, os saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases negativas a compensar são formados como demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2016	3.036	3.036
2017	79	79
2018	23.681	23.207
Saldos a compensar	26.796	26.322

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias e possuem expectativa de realização em até 10 anos. Os valores apresentados no quadro abaixo representam os créditos tributários não registrados contabilmente, em sua maioria composta por amortizações de ágio em investimentos, em função da ausência de perspectiva de realização dos montantes amortizados.

Descrição	Base	Créditos tributários não reconhecidos
Diferenças temporárias - IRPJ	286.958	71.740
Diferenças temporárias - CSLL	3.802	570
Total	290.760	72.310

8. Outros créditos operacionais: Composto basicamente pelas operações abaixo: Sistema Financeiro da Habitação:

Saldo dos valores a receber FCVS-SFH em 01/01/2020	1.540.206
Adições	326.759
Baixas	(131.779)
Saldo dos valores a receber FCVS-SFH em 31/12/2020	1.735.186
Saldo da Redução ao valor recuperável em 31/12/2020	(208.451)
Saldo final líquido da redução ao valor recuperável em 31/12/2020	1.526.735
Circulante	38.918
Não circulante	1.487.817
Saldo dos valores a receber FCVS-SFH em 31/12/2021	1.735.186
Adições	223.554
Baixas	(116.425)
Saldo dos valores a receber FCVS-SFH em 31/12/2021	1.842.315
Saldo da Redução ao valor recuperável em 31/12/2021	(210.719)
Saldo final líquido da redução ao valor recuperável em 31/12/2021	1.631.596
Circulante	79.862
Não circulante	1.551.734

Em 31/12/2021, existem processos judiciais relativos ao SFH em que a Companhia é citada e que se encontram em andamento. Ditos processos podem originar desembolso de caixa futuro com o correspondente pedido de reembolso pela Companhia à Caixa Econômica Federal (CAIXA), administradora do FCVS. Nos casos em que o processo judicial se encontra em fase de execução provisória, para evitar a antecipação do desembolso naqueles não transitados em julgado, a Companhia oferece para garantia do juízo apólices de seguro garantia. Em 31/12/2021, o montante total garantido por meio de seguro garantia é de R\$939.215 (R\$1.036.795 em 31/12/2020). O SH/SFH foi criado pelo art. 14 da Lei nº 4.380/1964 e desde 1967 passou a ser garantido pelo FCVS. As seguradoras são demandadas judicialmente no equívocado papel de representantes do FCVS, papel este de responsabilidade da CAIXA, administradora do referido Fundo. Em decorrência da representação do FCVS nas ações judiciais, é garantido às seguradoras, por serem partes ilegítimas nos processos, o direito de receberem o reembolso de todos os dispêndios incorridos. A Lei nº 12.409/2011, modificada pela Lei nº 13.000/2014, bem como a Resolução CFCFVS nº 364 de 28/03/2014 determinam expressamente a responsabilidade do FCVS, através da sua administradora CAIXA, sobre os processos judiciais que tenham por objeto a apólice pública do SH/SFH. Adicionalmente, a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu os Pareceres PGFN/CAF nº 1.842/2014, PGFN/CRJ nº 1.949/2014, onde reconhece o papel das seguradoras como representantes do FCVS. Em setembro de 2018 o STF reconheceu a repercussão geral em recurso extraordinário interposto pela SulAmérica para analisar a competência da Justiça Federal nos julgamentos das ações desta natureza. Em junho de 2020 foi julgado o mérito do referido recurso, no qual foi dado provimento, por maioria dos votos, para consolidar o interesse da CAIXA, administradora do FCVS, nas demandas relacionadas ao SH/SFH e, por consequência, fixar a competência da Justiça Federal para processamento e julgamento das ações desta natureza. O acórdão contendo o inteiro teor da decisão e a tese fixada pelo STF (processo sob o regime de repercussão geral cuja tese publicada vincula todos os tribunais do país) foi publicado no dia 21/08/2020. Sobre essa decisão, foi interposto recurso de Embargos de Declaração, que não tem efeito suspensivo. A partir da edição da Resolução nº 448/2019, foram estabelecidos os novos requisitos para o ressarcimento das seguradoras pelo FCVS pelos pagamentos realizados em ações judiciais envolvendo o SH/SFH. Estes novos requisitos permitiram a retomada dos ressarcimentos desde dezembro de 2019. 9. Arrendamentos: Conforme plano de contas e modelo de publicação estabelecido pela Circular SU-SEP nº 517, de 30/07/2015, o contas a receber de subarrendamento está registrado na rubrica "Títulos e créditos a receber" no ativo circulante e não circulante. O ativo de direito de uso está registrado na rubrica "Outros valores e bens" no ativo não circulante e o passivo de arrendamento na rubrica "Débitos diversos" no passivo circulante e não circulante. A seguir demonstramos os valores relacionados aos arrendamentos:

Contratos de aluguel de imóveis	
Contas a receber de subarrendamento	
Adoção da norma em 04/01/2021	32.693
Ajuste por remensuração	(30.975)
Recebimentos de caixa totais para subarrendamentos	(4.686)
Receitas de juros	2.968
Valor contábil de contas a receber de subarrendamento em 31/12/2021	-
Ativo de direito de uso	
Valor contábil de ativos de direito de uso na adoção da norma em 04/01/2021	11.153
Adições ou baixas a ativos de direito de uso	(175)
Ajuste por remensuração	(8.470)
Encargos de depreciação	(631)
Valor contábil de ativos de direito de uso em 31/12/2021	1.877
Não circulante	1.877
Passivo de arrendamento	
Valor contábil do passivo de arrendamento na adoção da norma em 04/01/2021	44.673
Adições ou baixas a passivos de arrendamento	(175)
Ajuste por remensuração	(39.445)
Saídas de caixa totais para arrendamentos	(6.575)
Despesas de juros	3.445
Valor contábil do passivo de arrendamento em 31/12/2021	1.923
Circulante	362
Não circulante	1.561
Resultado	
Despesas de arrendamentos de curto prazo isentos pela norma (a)	108

(a) Despesas com prazo inferior a 12 meses possuem isenção da norma para registro no balanço.

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base na taxa de juros

dos empréstimos e financiamentos praticadas no mercado financeiro na data de adoção inicial ou na data da assinatura do contrato para aqueles firmados pós adoção inicial. As taxas foram obtidas por meio de referências junto aos principais agentes financeiros.

Prazo dos contratos	Taxa % a.a.
3 anos	8,60%
7 anos (a)	11,95%

(a) Em 01/10/2021, após renegociação do contrato de arrendamento da Sede Rio de Janeiro, ocorreu a remensuração da taxa de desconto para o prazo remanescente do contrato. Em 31/12/2021, as prestações descontadas de seus contratos de arrendamento são formadas como demonstrados a seguir:

Vencimento das prestações	Valor
2022	518
2023	479
2024	480
2025	353
2026	251
2027 a 2030	538
Valores não descontados	2.619
Juros embutidos	(696)
Saldo em 31/12/2021	1.923

10. Participações societárias:

	Sul América Companhia de Seguro Saúde - CIA. SAÚDE
Saldo em 01/01/2020	4.333.109
Juros sobre o capital próprio a receber	(182.853)
Dividendos intermediários	(272.913)
Equivalência patrimonial (a) (b)	601.851
Ganho de capital - variação de participação acionária	4.670
Deságio em transação de capital	(27.579)
Ajustes de avaliação patrimonial (c)	(39.789)
Reflexo - perda atuarial de benefício definido	(4.468)
Reflexo - perda de ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	(35.321)
Prejuízos acumulados	(81)
Saldo em 31/12/2020	4.416.415
Aumento de capital com juros sobre o capital próprio	163.997
Juros sobre o capital próprio a receber	(193.081)
Dividendos intermediários	(199.141)
Equivalência patrimonial (a) (b)	234.771
Ganho (perda) de capital - variação de participação acionária	(4.778)
Ajustes de avaliação patrimonial (c)	(56.812)
Reflexo - perda atuarial de benefício definido	(69)
Reflexo - perda de ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	(56.743)
Saldo em 31/12/2021	4.361.371

	Sul América Companhia de Seguro Saúde - CIA. SAÚDE
Descrição	
Ativo	13.952.265
Passivo	6.371.666
Patrimônio líquido	7.580.599
Receita líquida	20.351.251
Lucro líquido do exercício	200.919
Percentual de participação (%)	56,11%
Valor contábil do investimento	4.361.371
Quantidade de ações ordinárias	44.771.315
Quantidade de ações preferenciais	15.606.751

	Sul América Companhia de Seguro Saúde - CIA. SAÚDE
Descrição	
Ativo	13.609.482
Passivo	6.368.136
Patrimônio líquido	7.241.346
Receita líquida	18.206.970
Lucro líquido do exercício	909.181
Percentual de participação (%)	59,95%
Valor contábil do investimento	4.416.415
Quantidade de ações ordinárias	42.826.765
Quantidade de ações preferenciais	15.222.510

(a) Em 31/12/2021, a equivalência patrimonial de R\$234.771 (R\$601.851 em 2020) está registrada na rubrica "Resultado patrimonial", que contempla também, em 31/12/2021, R\$98 de outras receitas patrimoniais, líquidas de outras despesas patrimoniais (R\$770 em 2020); (b) A equivalência patrimonial refletida no resultado da Companhia contempla os ajustes no patrimônio líquido de sua investida CIA SAÚDE, provenientes da harmonização com as práticas contábeis da SUSEP não adotadas pelo órgão regulador da investida; e (c) Referem-se a valores da controlada, que afetam a controladora por reflexo, no momento do reconhecimento por equivalência patrimonial. São compostos por (1) ganhos e/ou perdas não realizados dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, que afetam o patrimônio líquido das controladas; (2) ganhos e/ou perdas registrados pela alteração na participação em empresas que as controladas investem; e (3) ganhos e/ou perdas atuariais referentes aos planos de benefício definido dos membros da administração das controladas, registrados de acordo com o que preconiza o CPC 33 - Benefícios a empregados. 11. Contas a pagar: 11.1. Obrigações a pagar:

	2021	2020
Descrição		
Obrigações fiscais (vide nota 15.2)	263.600	378.937
Refinanciamento fiscal - REFIS (a)	14.406	15.192
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	17.000
Participações no lucro	246	449
Demais	2.572	6.611
Total	280.824	418.189
Circulante	5.580	28.103
Não circulante	275.244	390.086

(a) Em dezembro de 2013, a Companhia aderiu ao Refinanciamento Fiscal (REFIS) cujo prazo foi reaberto pela Lei nº 12.865/2013, e parcelou valores devidos relativos à CSLL e INSS, que estavam em discussão nas esferas administrativa e/ou judicial. O montante total das obrigações na data da adesão, incluídas no REFIS, foi de R\$27.498 (líquido das reduções de 90% das multas de mora ou de ofício, 35% das multas isoladas, 40% dos juros e 100% dos encargos legais). A Companhia realizou o pagamento da última parcela relativa aos valores devidos de CSLL em 29/04/2016 e aguarda a conversão em renda dos depósitos relativos às ações previdenciárias. Em 31/12/2021, as obrigações correspondem a R\$2.762 (R\$4.043 em 2020) no passivo circulante e R\$11.644 (R\$11.149 em 2020) no passivo não circulante. 11.2. Outras contas a pagar:

	2021	2020
Descrição		
Contas a pagar fornecedores	820	912
Compromissos mobiliários a pagar	9.729	9.726
Honorários advocatícios	12.217	10.799
SFH - FESA/FCVS (a)	10.667	-
Outros	9.397	17.565
Total	42.830	39.002
Circulante	38.933	34.913
Não circulante	3.897	4.089

(a) O provisionamento do SFH ocorreu para casos em que o reembolso foi pago pela CAIXA e, após decisão judicial favorável, se fez necessária a devolução.

Descrição	Saldo em 01/01/2020	Constituição	Realização	Cisão parcial	Saldo em 31/12/2020
Provisão para perda em investimentos	695	-	-	-	695
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	210.624	3.812	(7.900)	(5.858)	200.678
Redução ao valor recuperável de créditos	81.249	4.546	(9)	(2.347)	83.439
Provisões	10.035	289	(9.799)	(303)	222
Participações nos lucros	3.027	30	(1.934)	(1.061)	62
Perda atuarial com plano de benefício definido	10.957	-	(4.921)	-	6.036
Ajuste a valor de mercado	-	185	(185)	-	-
Outros	681	193	(817)	-	57
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	317.268	9.055	(25.565)	(9.569)	291.189
PIS e COFINS sobre reservas técnicas	27.336	-	(4.970)	(22.366)	291.189
Total dos créditos tributários	344.604	9.055	(30.535)	(31.935)	291.189
Atualizações de depósitos judiciais	(64.908)	(2.655)	43.404	-	(24.159)
Resultado no exterior	(252)	-	-	-	(252)
Ajuste a valor de mercado	(5.917)	(164)	3.139	2.932	(10)
Outros	(1.710)	(264)	818	-	(1.156)
Total dos débitos tributários	(72.787)	(3.083)	47.361	2.932	(25.577)

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2021
Provisão para perda em investimentos	695	-	-	695
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	200.678	4.107	(21.716)	183.069
Redução ao valor recuperável de créditos	83.439	927	-	84.366
Provisões	222	206	(152)	276
Participações nos lucros	62	20	(62)	20
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	6.036	62	(758)	5.340
Perda com ajuste a valor de mercado	-	6	(6)	-
Outros	57	254	(175)	136
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	291.189	5.582	(22.869)	273.902
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	-	10.263	-	10.263
Total dos créditos tributários	291.189	15.845	(22.869)	284.165
Atualizações de depósitos judiciais	(24.159)	(3.196)	16.220	(11.135)
Resultado no exterior	(252)	-	252	-
Ganho com ajuste a valor de mercado	(10)	(24)	20	(14)
Outros	(1.156)	(1.983)	1.156	(1.983)
Total dos débitos tributários	(25.577)	(5.203)	17.648	(13.132)

12. Provisões técnicas de seguros: 12.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros: Danos:

	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos de prêmios mas não avisados - IBNR e de não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos de prêmios mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo em 01/01/2020	1.807.327		731.508
Emissões	248.788	-	-
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(22.812)	-	(224.675)
Prêmios ganhos	(295.135)	-	-
Avisados / alterações	-		

continuação

Traditio Companhia de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

13. Partes relacionadas: 13.1. Transações:

As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo		Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa				
			2021	2020	2021	2020				2021	2020	2021	2020			
Sul América S.A. (a) (b) (c)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	1	14	9.501	21.804	Sul América Companhia de Seguro Saúde (h) (j)	Controladora direta	Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC)	-	3.150	(7)	(2.032)			
Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (c)	Controladora direta	Sul América S.A.	260	187	-	4.696	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (f)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(43)	(505)			
Sul América Companhia de Seguro Saúde (c) (j) (h)	Controladora direta	Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC)	728	2.333	1.927	3	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (f)	Controlada indireta	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	(53)	(617)			
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c) (f)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	2	36	4	3	Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (e) (h)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	127	(53)	(389)			
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (c) (f)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	2	6	5	4	Sul América Serviços de Saúde S.A. (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(854)	(15.248)			
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (c) (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	136	153	-	-	Rio's Capitalização S.A. (nova denominação da SULACAP) (h)	Controlada indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	-	39	-	(10)			
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (c)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1	2	-	-	Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (g) (i)	Outros	Outros	-	154	(14)	(34)			
Sul América Serviços de Saúde S.A. (c) (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	5	22	103	336	Total			-	3.470	(1.024)	(18.835)			
Sul América Odontológico S.A. (c)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	24	279	-	-	(a) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente ao reembolso da Companhia pelo plano de incentivos em ações (stock options) de emissão da SASA; (c) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; (d) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da Companhia; (e) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (f) Valor referente à taxa de administração e gestão de 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (g) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (h) Valor referente ao rateio de aluguel dos prédios da Nova Matriz e Pinheiros entre companhias do Grupo SulAmérica; (i) Valores referentes a operações de seguros e previdência entre as companhias e pessoal-chave da administração e familiares; e (j) Valor referente ao seguro odontológico dos funcionários da Companhia.									
Rio's Capitalização S.A. (nova denominação da SULACAP) (c)	Controlada indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	-	199	33	-										
Sul América Holding S.A. (c)	Ligada	Sul América S.A.	1	3	-	-										
Prodent - Assistência Odontológica Ltda (c) (h)	Controlada indireta	Sul América Odontológico S.A.	2	10	-	-										
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (g)	Outros	Outros	-	2.602	2.301	-										
Total			1.162	3.244	14.175	29.147										

Os montantes de dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP") recebidos e pagos pela Companhia até 31/12/2021 e 2020 estão demonstrados a seguir:

Descrição	Dividendos e JCP recebidos		Dividendos e JCP pagos	
	2021	2020	2021	2020
Sul América S.A.	-	-	102.411	86.132
Saepar Serviços e Participações S.A.	-	-	41.458	32.875
Sul América Companhia de Seguro Saúde	199.263	428.338	-	-
Total	199.263	428.338	143.869	119.007

13.2. Remuneração da administração: A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Descrição	Benefícios de curto prazo a administradores		Benefícios pós-emprego		Incentivo em ações (a)		Total
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Contas a pagar	-	1.736	-	-	9.501	11.237	11.237
Despesas	24	3.345	-	-	9.501	12.870	12.870
2021	(333)	-	-	-	-	(333)	(333)
2020	(6.291)	(376)	(1.514)	(8.181)	-	-	(8.181)

(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.13). **14. Compromissos e ônus a liquidar:** 14.1. Outros créditos: Em 31/12/2021, o saldo de R\$25.105 (R\$41.090 em 2020) das rubricas "Outros créditos", no ativo circulante, e "Outros créditos operacionais" no ativo não circulante, é composto basicamente por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$24.434 (R\$40.199 em 2020). 14.2. Garantia das provisões técnicas: A Companhia possui bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 12.2. 14.3. Contratos de aluguel: **Rio de Janeiro:** Em 17/09/2018, a Companhia celebrou novo contrato de locação, do imóvel da sede da matriz no Rio de Janeiro, com prazo de 10 anos e início de vigência a partir de 18/04/2019. As partes acordaram, em aditivo contratual, a cessão dos direitos e obrigações da Companhia para a CIA. SAÚDE, tornando esta a nova locatária do contrato com data a partir de 01/11/2021. Para o primeiro ano, o aluguel foi pago em uma única parcela em 18/04/2020. A partir do segundo ano de vigência do contrato, as parcelas serão pagas mensalmente, sempre no dia 5 do mês subsequente. O contrato prevê reajuste anual pelo Índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M), porém, as partes acordaram que o contrato não sofrerá correção para 2021 e, além disso, houve uma redução proporcional do pagamento da cota a partir de julho de 2021 mediante a entrega de parte do espaço utilizado pela SulAmérica. O referido contrato de locação possui cláusulas que restringem a capacidade da Companhia e o locador rescindirem unilateralmente o contrato. A rescisão unilateral voluntária acarretará no pagamento de indenização à outra parte, nas condições estipuladas no contrato. **São Paulo:** Em 04/07/2013, a CIA. SAÚDE, controlada da Companhia, assinou contrato de locação para a nova sede da SulAmérica em São Paulo. O prazo da locação é de 10 anos, contados a partir de 15/06/2015, podendo ser renovado automaticamente por períodos de 5 anos, por 3 ciclos consecutivos. Durante o período de vigência do contrato a CIA. SAÚDE se comprometeu a pagar mensalmente a quantia de R\$1.833, reajustada anualmente pela variação acumulada do IGP-M, cabendo à Companhia um percentual de 0,80% sobre este montante, porém, em 2021, a atualização foi negociada e foi adotado um índice próximo a inflação real do período, em função da alta do IGP-M no cenário de pandemia. O montante reconhecido em conformidade com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)), encontra-se detalhado na nota 9. A Lei de Locações e o contrato possuem disposições que impedem os locadores de rescindirem unilateralmente a locação, sendo que a CIA. SAÚDE poderá fazê-lo, desde que mediante o pagamento de multa. **15. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais:** Em 31/12/2021 e 2020, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões judiciais" no passivo circulante e não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir: 15.1. Depósitos judiciais:

Descrição	2021	2020
Fiscais:		
COFINS	243.475	177.264
PIS	213.208	209.294
CSLL (a)	-	140.748
IRPJ	1.925	1.892
Outros	33.726	31.782
Previdenciárias:		
INSS	203.799	200.381
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	76.122	77.758
Ações cíveis	5.475	5.655
Total	777.730	844.774
Não circulante	777.730	844.774

(a) Variação devida à baixa do processo de majoração da alíquota da CSLL e a conversão em renda a favor da União do respectivo depósito judicial, conforme nota 15.3. Os depósitos judiciais e fiscais são registrados no não circulante, conforme a expectativa de realização. 15.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldos em 01/01/20		Atualizações em Adições		Pagamentos / Cisão parciais		Saldos em 31/12/20	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Cíveis e trabalhistas:								
Cíveis	21.941	4.008	978	(7.393)	(13.097)	(1.419)	6.437	650
Honorários	2.304	478	-	(713)	(416)	-	807	807
Trabalhistas	52.499	22	3.366	(18.783)	-	-	37.104	-
Outros	1.408	37	24	(4)	(460)	-	1.005	-
Subtotal	78.152	4.545	4.368	(26.893)	(14.976)	(1.419)	45.196	45.196
Tributárias: (a)								
PIS	113.807	-	1.504	-	-	-	115.311	-
COFINS	132.454	-	1.768	-	-	-	134.222	-
CSLL	118.067	-	1.814	-	-	-	119.881	-
IRPJ	-	-	-	-	-	-	-	-
INSS	197.296	-	2.667	-	-	-	199.963	-
Honorários	9.859	-	231	(568)	-	-	9.522	-
Subtotal	571.483	-	7.984	(568)	-	-	578.899	-
Total	649.635	4.545	12.352	(27.461)	(14.976)	(1.419)	624.095	45.196
Circulante							5.152	
Não circulante							618.943	

Descrição	Saldos em 31/12/20		Atualizações em Adições		Pagamentos / Cisão parciais		Saldos em 31/12/21	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Cíveis e trabalhistas:								
Cíveis	6.437	4.535	1.224	(4.143)	-	-	8.053	-
Honorários	650	573	-	(416)	-	-	807	-
Trabalhistas	37.104	2.697	1.669	(4.644)	-	-	36.826	-
Outros	1.005	112	7	(942)	-	-	182	-
Subtotal	45.196	7.917	2.900	(10.145)	-	-	45.868	-
Tributárias: (a)								
PIS	115.311	-	2.064	-	-	-	117.375	-
COFINS	134.222	-	2.257	-	-	-	136.479	-
CSLL (b)	119.881	-	248	(120.129)	-	-	-	-
IRPJ	-	-	-	-	-	-	-	-
INSS	199.963	-	3.404	-	-	-	203.367	-
Honorários	9.522	263	220	(260)	-	-	9.745	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	578.899	263	8.193	(130.389)	-	-	466.966	-
Total	624.095	8.180	11.093	(130.534)	-	-	512.834	-
Circulante							9.268	
Não circulante							503.566	

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2021 são de R\$263.600 (R\$378.937 em 2020), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 11.1); e (b) Variação devida à baixa do processo de majoração da alíquota da CSLL e a conversão em renda a favor da União do respectivo depósito judicial, conforme nota 15.3. 15.3. Obrigações fiscais: As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2021 e 2020 são: **COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidentes sobre as receitas obtidas com prêmios emitidos, em decorrência da comercialização de apólices de seguros. Em junho de 2018, o pleno do STF julgou o RE 578.846, em sede de repercussão geral, pelo qual foi reafirmada a constitucionalidade da exigência da alíquota majorada da COFINS devida por instituições financeiras e entidades de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a probabilidade de perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e remota sobre outras receitas. A Companhia ajuizou Mandado de Segurança para questionar a incidência da contribuição para a COFINS sobre as receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores das reservas técnicas auferidas a partir de 2017, tendo obtido decisão deferindo a liminar pleiteada. Em novembro de 2020 a Companhia obteve sentença desfavorável que suspendeu os efeitos da liminar. Em consequência disso, em dezembro de 2020, a Companhia realizou depósitos judiciais no montante de R\$21.850. Em 05/1999 a companhia impetrou Mandado de Segurança com o propósito de afastar a cobrança da COFINS que lhes foi imposta por meio da Lei nº 9.718/98, tendo a matéria sido equacionada, conforme decisão monocrática exarada pelo Ministro Cezar Peluso, transitada em julgado em 12/02/2007. De acordo com esta decisão, o mérito desta disputa tributária foi julgado parcialmente favorável a pretensão das empresas do grupo SulAmérica. Em 04/04/2009, dado o trânsito em julgado do Mandado de Segurança, foi conferido às autoras deste Mandado de Segurança a prerrogativa de levantar os depósitos correspondentes ao quinhão que foi a elas dado provimento. Em que pese os fatos anteriormente narrados, em 05/03/2020, o TRF inovou no sentido de exigir a restituição os valores anteriormente levantados, dispondo que se faz necessário apurar o montante passível de aproveitamento por parte das Autoras do Mandado de Segurança. A Companhia foi intimada a efetuar depósito desconsiderando os rendimentos financeiros provenientes dos recursos livres. Estes depósitos ocorreram em 09/2021 no montante de R\$61.117. A Companhia protocolizou nos autos do processo petição comprovando o depósito e requerendo seu levantamento, visto que correspondem à COFINS sobre receitas financeiras, ou seja, créditos tributários extintos por decisão transitada em julgado, nos termos do art. 156, inciso X, do CTN. **PIS:** A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais (EC's) nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a expectativa de perda dos processos relativos às EC's nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, sendo remota no que se refere à alegação de ofensa aos princípios da anterioridade e da irretroatividade. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do STF assegurando à Companhia o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar nº 07/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado. Atualmente a Companhia aguarda o levantamento dos valores depositados. Em 2013 foi realizada a baixa do valor de R\$45.799 e foram iniciados os procedimentos necessários para levantamento dos depósitos judiciais. Até 31/12/2021 não ocorreram alterações no status deste processo. A Companhia obteve decisão transitada em julgado nos autos do processo 9701070780, assegurando o direito de calcular e pagar o PIS, no período de julho de 1997 a fevereiro de 1998, de acordo com a Lei Complementar nº 07/1970, sem observar as regras da EC 17/1997 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram. Com isso, revertue a provisão relativa a esta parcela em 12/2019, no montante de R\$12.629 e aguarda o levantamento e a conversão em renda dos depósitos judiciais realizados nos autos deste processo. Os demais processos sobre o tema permanecem aguardando decisão. A Companhia ajuizou Mandado de Segurança para questionar a incidência da Contribuição para o PIS sobre as receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores das reservas técnicas auferidas a partir de 2017, tendo obtido decisão deferindo a liminar pleiteada. Em novembro de 2020 a Companhia obteve sentença desfavorável que suspendeu os efeitos da liminar. Em consequência disso, em dezembro de 2020, a Companhia realizou depósitos judiciais no montante de R\$3.551. **IRPJ:** A Companhia impetrou Mandado de Segurança objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pelo IRPJ, supostamente, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da SELIC, de débitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por decisão de sua maioria, o pleno do STF, sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações do IRPJ. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte da autora do Mandado de Segurança. **CSLL:** Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita à majoração de 6% da alíquota da CSLL a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado mandado de segurança, provisionando e depositando integralmente até agosto de 2017 os valores questionados. A partir de setembro de 2017, a Companhia optou por descontinuar os depósitos judiciais e passou a recolher os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda na demanda. Restou-se resolvida tal disputa judicial em 04/03/2021 com a conversão em renda dos correspondentes depósitos judiciais, em proveito da União Federal, assim como a liquidação do passivo constituído, associado a tal disputa tributária. O montante baixado da linha de depósitos judiciais soma R\$141.009, sendo R\$20.881 contabilizado como crédito a compensar. A Companhia impetrou Mandado de Segurança objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pela CSLL, supostamente, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da SELIC, de débitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por decisão de sua maioria, o pleno do STF, sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações da CSLL. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte da autora do Mandado de Segurança. 15.4. Provisões judiciais: A principal ação com provisão judicial em 31/12/2021 e 2020, é: **INSS:** A Companhia questiona e depositava judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros e os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, art. 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados relativos ao INSS de corretores de seguros se encontram com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade até maio de 2015. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda relativa à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. No mês de junho de 2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestadores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão. No mês de junho de 2020, a Companhia obteve decisão desfavorável transitada em julgado em um de seus processos sobre a matéria e aguarda a conversão em renda dos depósitos judiciais realizados nos autos desta ação. As demais ações sobre o tema permanecem aguardando julgamento. No mês de agosto de 2020, o STF concluiu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.673, no qual declarou a constitucionalidade do caput, do inciso III e do § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212/1991, na redação dada pelo art. 1º da Lei nº 9.876/1999, reconhecendo, consequentemente, a higidez constitucional da incidência de contribuição para seguridade social sobre os valores repassados pelas seguradoras, a título de comissão, aos corretores de seguros. 15.5. Contingências: Em 31/12/2021 e 2020, o valor total em discussão dos processos relevantes cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de:

Descrição	2021	2020
Fiscais	484.426	459.136
Cíveis	67.613	57.396
Trabalhistas	26.451	38.827
Total	578.490	555.359

A parcela não provisionada, no montante de R\$484.426 (R\$459.136 em 2020) é composta, principalmente, por autos de infração lavrados contra a Companhia, em que se questiona: (i) a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da controladora STA Participações S.A. nos anos calendariais 2006 e 2007; (ii) não homologação da compensação de tributos na esfera administrativa; e (iii) processos judiciais e administrativos relativos a discussões sobre PIS e COFINS. **16. Patrimônio líquido:** 16.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31/12/2021

continuação

Traditio Companhia de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

16.5. Ajuste de avaliação patrimonial: A rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e os ganhos e perdas decorrentes de variação no percentual de participação acionária.

16.6. Política de distribuição de dividendos: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 26/11/2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$119.007, sendo R\$219.166,06 (em reais) por ação ordinária ou preferencial, a serem pagos aos acionistas a partir da referida data. Em 30/12/2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$20.000, sendo R\$36.832,41 (em reais) por ação ordinária ou preferencial, para pagamento aos acionistas a partir da referida data. Em 29/03/2021, os Acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Ordinária realizada, cumulativamente com a Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos no montante de R\$136.007, sendo R\$100.784 para a distribuição dos dividendos obrigatórios e R\$35.223 para a distribuição de dividendos complementares, aos quais foram imputados o dividendo intermediário declarado em 26/11/2020 e os juros sobre capital próprio declarados pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 30/12/2020. Em 30/09/2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$45.000, sendo R\$81.818,18 (em reais) por ação ordinária ou preferencial, para pagamento aos acionistas a partir da referida data. Em 25/10/2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$131.290, sendo R\$238.710,16 (em reais) por ação ordinária ou preferencial, a serem pagos aos acionistas a partir da referida data. Em 27/10/2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$2.847, sendo R\$5.175,75 (em reais) por ação ordinária ou preferencial, a serem pagos aos acionistas a partir da referida data. Em 20/12/2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$55.000, sendo R\$99.099,09 (em reais) por ação ordinária ou preferencial, para pagamento aos acionistas a partir da referida data.

16.7. Distribuição do resultado:

Descrição	2021	2020
Lucro antes dos impostos e participações	213.094	397.517
(-) Impostos e contribuições	11.213	24.102
(-) Participações	(327)	2.815
Lucro líquido do exercício	223.980	424.434
(-) Outros ajustes	-	(81)
Lucro líquido do exercício após ajustes	223.980	424.353
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(11.199)	(21.218)
Lucro líquido ajustado	212.781	403.135
Dividendos obrigatórios		
25% do Lucro líquido ajustado (a)	53.195	100.784
(-) Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios (b)	-	100.784
(-) Dividendos antecipados não imputados nos dividendos obrigatórios	112.781	18.223
(-) Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios (b)	53.195	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido não imputados nos dividendos obrigatórios	31.805	17.000
Bruto	100.000	20.000
Imposto de renda	(15.000)	(3.000)
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos		
(c) = (a) - (b)	-	-
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	-	264.128

17. Detalhamento das contas do resultado: 17.1. Principais ramos de atuação:

Descrição	2020		
	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Comissão-namento
Automóvel - casco	159.981	83,00%	21,00%
Responsabilidade Civil Facultativa Veículos - RCFV	57.398	70,70%	17,90%
Assistência e Outras Coberturas - auto	56.035	44,40%	18,70%
Seguro habitacional em apólices de mercado - prestamista	26	0,00%	10,00%
Seguro habitacional em apólices de mercado - demais coberturas	7	0,00%	10,00%
Compreensivo empresarial	3.385	0,00%	33,30%
Compreensivo condomínio	5.022	61,90%	27,70%
Compreensivo residencial	5.926	37,90%	35,40%
Acidentes Pessoais de Passageiros			
- APP	5.082	3,40%	18,30%
Outros	1.756	32,10%	33,20%
Total (a)	294.618		

(a) Não apresentamos a posição em 31/12/2021 em razão da conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. 17.2. Sinistros ocorridos:

Descrição	2021	2020
Sinistros	(4.917)	(237.558)
Salvados e ressarcimentos	817	28.870
Variação de sinistros ocorridos, mas não avisados	20	5.030
Total (a)	(4.080)	(203.658)

(a) A variação refere-se basicamente a conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1.

17.3. Custos de aquisição:

Descrição	2020
Sobre prêmios diretos e cosseguros aceitos	(46.424)
Sobre prêmios diretos e cosseguros aceitos cancelados e restituídos	4.337
Outros custos de comercialização	(3.353)
Variação de custos de aquisição diferidos	(14.983)
Total (a)	(60.423)

(a) Não apresentamos a posição em 31/12/2021 em razão da conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. 17.4. Outras receitas e despesas operacionais:

Descrição	2021	2020
Despesas com operações de seguros	(439)	(9.831)
Constituição/(reversão) de provisão para ações judiciais civis e outras operações de seguros	825	(3.814)
Reversão / (constituição) da provisão para riscos de crédito	(2.318)	(11.165)
Despesas com administração de seguros e resseguros	-	(100)
Outras despesas e receitas operacionais	8.566	(1.542)
Total (a)	6.634	(26.452)

(a) A variação refere-se basicamente a conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. 17.5. Resultado com resseguro:

Descrição	2021	2020
Operações de seguros		
Receita com resseguro		
Indenizações e despesas com sinistros de resseguros	846	(759)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	(1)	(216)
Total	845	(975)

Despesa com resseguro

Prêmios de resseguros - (9)

Variação das provisões técnicas de resseguros - (310)

Salvados e ressarcimentos - (776)

Total - (777)

Outros resultados com resseguro

Outros resultados com resseguro (16) (28)

Total (16) (28)

Resultado líquido na operação de resseguro em seguro (a) 53 (1.780)

(a) A variação refere-se basicamente a conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. 17.6. Despesas administrativas:

Descrição	2021	2020
Pessoal próprio	(17.775)	(80.284)
Incentivo de ações	-	(1.514)
Serviço de terceiros	(12.621)	(76.006)
Localização e funcionamento	(6.308)	(35.340)
Publicidade e propaganda	-	(1.026)
Outras despesas administrativas	(371)	(1.950)
Total (a)	(37.075)	(196.120)

(a) A variação refere-se basicamente a conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica "Pessoal próprio", estão representados de forma detalhada na tabela a seguir (não inclui honorários de diretoria):

Descrição	2021	2020
Remunerações	(2.579)	(28.191)
Encargos sociais	(806)	(9.039)
Indenizações e rescisões	(12.239)	(14.198)
Vale alimentação, refeição e transporte	(894)	(8.385)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(683)	(10.509)
Previdência privada	(35)	(1.870)
Outros benefícios	(109)	(1.261)
Total (a)	(17.345)	(73.453)

(a) A variação refere-se basicamente a conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. 17.7. Despesas com tributos:

Descrição	2021	2020
COFINS	(8.060)	(17.449)
PIS	(1.310)	(2.835)
Outros	1.445	(5.721)
Total (a)	(7.925)	(26.005)

(a) A variação refere-se basicamente a conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. 17.8. Resultado financeiro por categoria:

Descrição	2021	2020
Títulos e valores mobiliários	8.227	11.259
Valor justo por meio do resultado	6.463	3.012
Disponível para venda	1.764	7.911
Mantido até o vencimento	-	336
Operações de seguros - outros	(2.685)	2.694
Atualização monetária e juros de depósitos judiciais, da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	5.013	8.136
Atualização monetárias de créditos tributários	7.123	-
Outros	3.035	685
Total	20.713	22.774

17.8.1. Receitas financeiras:

Descrição	2021	2020
Valorização de cotas de fundos de investimentos	6.539	3.922
Títulos de renda fixa - privados	-	766
Títulos de renda fixa - públicos	1.763	8.200
Operações de seguros	2.522	12.274
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	17.896	15.919
Atualização monetárias de créditos tributários	7.123	844
Outras	3.877	1.718
Total	39.720	43.643

17.8.2. Despesas financeiras:

Descrição	2021	2020
Operações de seguros	(5.207)	(9.580)
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(75)	(1.630)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(12.883)	(7.783)
Outras	(842)	(1.876)
Total	(19.007)	(20.869)

17.9. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2021 e 2020, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2021		2020	
	Imposto de renda	Contribuição social de renda	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e contribuição social e participações	213.094	213.094	397.517	397.517
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(53.274)	(42.619)	(99.379)	(59.628)
Alíquota nominal	25%	20%	25%	15%
Correntes:				
Adições:				
Provisão para redução ao valor recuperável	(579)	(464)	(2.841)	(1.705)
Transferência Cisão	-	-	(22.448)	(13.469)
Despesas não dedutíveis	(160)	(86)	(427)	(254)
Juros sobre capital próprio	(23.270)	(18.616)	(40.713)	(24.428)
Subtotal	(24.009)	(19.166)	(66.429)	(39.855)
Exclusões:				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	58.693	46.954	150.463	90.278
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	11.006	8.805	2.571	1.542
Reversão de provisões não dedutíveis	193	155	5.928	3.557
Atualização de depósitos judiciais	1.117	894	1.659	996
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	108	86	486	292
Apuuração de Indébito Tributário	3.430	2.567	-	-
Outras	5.548	4.553	1.426	406
Subtotal	80.095	64.014	162.533	97.071
Redução de incentivos fiscais	51	-	79	-
Receitas / (Despesas) com imposto de renda e contribuição social corrente	2.863	2.229	(3.196)	(2.413)
Diferidos:				
Constituição - crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	6.453	3.810	-	-
Reversão - crédito tributário sobre diferenças temporárias	(10.299)	(6.293)	(7.250)	(4.341)
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	7.781	4.669	25.813	15.489
Receitas com imposto de renda e contribuição social diferido	3.935	2.186	18.563	11.148
Receitas com imposto de renda e contribuição social	6.798	4.415	15.367	8.735
Alíquota efetiva	-3,19%	-2,07%	-3,87%	-2,20%
Alíquota efetiva combinada	-5,26%	-6,07%		

18. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:

Descrição	2021	
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido
Base de cálculo	10	1.738
Imposto de renda	(2)	(434)
Contribuição social	(1)	(261)
Total	(3)	(698)
Líquido	7	1.043

Descrição	2020	
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido
Base de cálculo	(14.768)	12.277
Imposto de renda	3.692	(3.069)
Contribuição social	2.215	(1.842)
Total	5.907	(4.911)
Líquido	(8.861)	7.366

19. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento: Conforme descrito na nota 16.1, a Companhia aumentou seu capital social. Do total do aumento, R\$92.267 com transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa, mediante a capitalização de juros sobre o capital próprio a pagar.

Descrição	2021	
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido
Base de cálculo	10	1.738
Imposto de renda	(2)	(434)
Contribuição social	(1)	(261)
Total	(3)	(698)
Líquido	7	1.043

Descrição	2020	
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido
Base de cálculo	(14.768)	12.277
Imposto de renda	3.692	(3.069)
Contribuição social	2.215	(1.842)
Total	5.907	(4.911)
Líquido	(8.861)	7.366

19. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento: Conforme descrito na nota 16.1, a Companhia aumentou seu capital social. Do total do aumento, R\$92.267 com transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa, mediante a capitalização de juros sobre o capital próprio a pagar.

Descrição	2021	
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido
Base de cálculo	10	1.738
Imposto de renda	(2)	(434)
Contribuição social	(1)	(261)
Total	(3)	(698)
Líquido	7	1.043

19. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento: Conforme descrito na nota 16.1, a Companhia aumentou seu capital social. Do total do aumento, R\$92.267 com transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa, mediante a capitalização de juros sobre o capital próprio a pagar.

Descrição	2020	
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido
Base de cálculo	(14.768)	12.277
Imposto de renda	3.692	(3.069)
Contribuição social	2.215	(1.842)
Total	5.907	(4.911)
Líquido	(8.861)	7.366

19. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento: Conforme descrito na nota 16.1, a Companhia aumentou seu capital social. Do total do aumento, R\$92.267 com transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa, mediante a capitalização de juros sobre o capital próprio a pagar.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2022.

Domingos Carelli Netto	Jorge Augusto Hirs Saab	Jorge Roberto Manoel
Presidente	Membro	Membro

continuação

Traditio Companhia de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

À Diretoria e Conselho de Administração da **Traditio Companhia de Seguros** (anteriormente denominada Sul América Companhia Nacional de Seguros). **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Traditio Companhia de Seguros ("Companhia"), anteriormente denominada Sul América Companhia Nacional de Seguros, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Traditio Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Realização dos créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS relativo ao seguro do Sistema Financeiro Habitacional - SFH:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS relativo ao seguro do Sistema Financeiro Habitacional - SFH, no montante total de R\$1.631.596 mil, líquido da provisão para perdas sobre os créditos a receber cujo saldo é de R\$210.719 mil, conforme detalhado na nota explicativa nº 8. A Companhia vem realizando, ao longo dos últimos anos, desembolsos significativos relativos a processos judiciais associados à apólice pública do SFH. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da execução dos processos judiciais, sendo atualizados pela taxa referencial divulgada pelo Banco Central do Brasil. A mensuração da provisão para perdas sobre os referidos créditos está baseada em premissas e metodologia que levam em conta a expectativa de perda com base na experiência de perdas históricas. A avaliação das premissas e metodologia adotadas pela diretoria para a mensuração da provisão para perdas sobre os créditos a receber do FCVS, foi considerada um dos principais assuntos de auditoria, em função da magnitude dos valores envolvidos e de toda complexidade e julgamento envolvidos na determinação do saldo da referida provisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos controles internos chave relacionados à identificação dos créditos a receber do FCVS, bem como ao processo de mensuração da respectiva provisão para perdas; (ii) o entendimento e avaliação da razoabilidade da metodologia e das premissas utilizadas pela diretoria na mensuração da provisão para perdas sobre os créditos a receber do FCVS; (iii) a avaliação e validação, com base em evidências de auditoria, da consistência da aplicação da metodologia utilizada na determinação da referida provisão; (iv) a inspeção, com base em amostragem, dos documentos suporte das transações que originaram os créditos a receber, incluindo a avaliação da integridade e exatidão das bases de dados utilizadas pela diretoria; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. **Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de controladas direta e indireta:** As controladas da Companhia, direta e indireta, que se encontram apresentadas nas demonstrações financeiras como participações societárias e reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial no ativo não circulante, possuem saldos de provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros, planos de saúde e planos de previdência constituídas em montantes expressivos em 31 de dezembro de 2021. Além da relevância dos valores envolvidos, a estimativa do valor de determinadas provisões envolve julgamento profissional por parte da diretoria na definição da metodologia e premissas tais como: expectativa de longevidade, taxa de cancelamento, comportamento do participante na entrada em aposentadoria, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxa de desconto, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, provisão matemática de benefícios concedidos e ao teste de adequação de passivos. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros, planos de saúde e planos de previdência firmados pelas controladas da Companhia, direta e indireta; (ii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; e (iv) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das

demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendam que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecerem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor fixado pelo auditor, inferior ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6

Roberto Martorelli - Sócio
Contador - CRC-1RJ106103/O-0
Marcelo Felipe L. de Sá - Sócio
Contador - CRC-1RJ094644/O-0



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B9B7-31BF-CB50-FBA5> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B9B7-31BF-CB50-FBA5



Hash do Documento

DD7DB2B7959E8907B733EF72966B5B0CD007C215B8C3CFF00D11859F164171F7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/02/2022 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
23/02/2022 22:38 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

